

# Superior Tribunal de Justiça

## PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.357 - RJ (2019/0300062-3)

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**REQUERENTE** : MULTISPORT INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES  
LIMITADA  
**ADVOGADOS** : CELSO CINTRA MORI - SP023639  
VICENTE COELHO ARAÚJO - DF013134  
JOSÉ MAURO DECOUSSAU MACHADO - SP173194  
LARISSA MARIA GALIMBERTI AFONSO E OUTRO(S) -  
SP248527  
**REQUERIDO** : SPEEDO INTERNATIONAL LIMITED  
**REQUERIDO** : SPEEDO HOLDINGS BV  
**ADVOGADOS** : JOAQUIM EUGENIO G. DA SILVA GOULART PEREIRA -  
RJ085629  
MARCELO LEITE DA SILVA MAZZOLA - RJ117407  
NATHALIA FERREIRA RIBEIRO DA SILVA - RJ166375  
NATALIA BARZILAI - RJ160275

### DECISÃO

Cuida-se de pedido de tutela provisória de urgência deduzido por M. I. C. E R. L., no intuito de que seja atribuído efeito suspensivo ao agravo em recurso especial por ela interposto, autuado como AResp 1.421.429/RJ, pendente de julgamento neste Superior Tribunal de Justiça.

Narrou a petição, às fls. 3-15 e-STJ, que é titular da marca S. perante o INPI e atua no mercado nacional de produtos esportivos, em contraposição às requeridas, empresas estrangeiras, as quais, até mesmo mantiveram relações comerciais com a companhia requerente. Entretanto, a parte adversa, sem interesse em manter a parceria, deu início a uma série de demandas judiciais alegando concorrência desleal e violação de uso de marca das companhias estrangeiras.

Ressaltou a requerente que, em sede de ação anulatória de registro de marca, em trâmite perante a justiça federal, foi reconhecida a higidez da titularidade da peticionária, no Brasil, sobre a marca S..

Descreveu que, na origem do presente feito, tem-se ação de indenização, proposta pelas ora requeridas, aduzindo ter a peticionária utilizado de modo indevido elementos de conjunto-imagem (*trade dress*) de lojas e produtos esportivos comercializados pelas empresas estrangeiras.

Os pedidos iniciais foram julgados parcialmente procedentes em primeira e segunda instâncias. Irresignada, a requerente interpôs recurso especial, o qual não foi admitido em juízo prévio de admissibilidade, ensejando a interposição do agravo (art. 1.042 do CPC/15) para o qual se busca atribuição do excepcional efeito suspensivo.

Argumentou a requerente, no presente petitório, estarem configurados os requisitos autorizadores da medida acautelatória, consoante o artigo 300 do CPC/15.

Defendeu a plausibilidade do direito invocado, nos seguintes termos: (i) o apelo nobre traz relevantes questões jurídicas; (ii) há discussão doutrinária e jurisprudencial acerca dos critérios para a configuração do *trade dress*; (iii) deve ser levado em consideração fato superveniente, qual seja, a manutenção da sentença proferida no âmbito da justiça federal em que foi reconhecida a titularidade da insurgente

# Superior Tribunal de Justiça

sobre a marca S.; (iv) a decisão proferida em juízo prévio de admissibilidade usurpou a competência desta Corte Superior; (v) não se pretende reexame das provas contidas nos autos; (vi) houve efetiva comprovação da violação de dispositivos de lei federal nas razões do recurso especial, as quais resumiu no bojo da presente petição.

Alegou haver perigo na demora pois as requeridas pleitearam a deflagração do cumprimento provisório de sentença, bem como manifestou intenção de iniciar a liquidação na pendência de recurso.

Requeru a concessão da tutela provisória para atribuir efeito suspensivo ao reclamo e restaurar a reintegração liminar anteriormente deferida.

É o relatório. Decide-se.

O pedido não comporta acolhimento.

1. Inicialmente, conforme o artigo 300 do CPC/15 e a jurisprudência desta Corte superior, a tutela provisória de urgência será concedida caso o magistrado, ainda que em juízo sumário, verifique a plausibilidade da pretensão recursal veiculada no apelo extremo (sua probabilidade de êxito) e o risco de dano irreparável que, em uma análise objetiva, revele-se concreto e real. Assim, para a concessão do efeito suspensivo ao recurso especial, faz-se necessária a presença concomitante dos requisitos do *fumus boni iuris* e *periculum in mora*.

Nesse sentido, citam-se julgados deste Superior Tribunal de Justiça: AgInt nos EDcl na Pet 12.359/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/02/2019, DJe 18/02/2019; AgInt no TP 1.393/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 14/06/2018.

Em sede de juízo de cognição sumária, tem-se que os requerentes não lograram êxito em demonstrar, nos termos acima exigidos, a presença concomitante dos requisitos necessários à concessão da tutela de urgência ora almejada.

No tocante ao *periculum in mora*, registra-se que a mera deflagração do cumprimento provisório da sentença, por si só, não possui o condão de ensejar a ocorrência de prejuízo real e concreto, porquanto o procedimento tem trâmite específico com as garantias previstas na legislação, resguardando, assim, o demandado. Portanto, ausente a demonstração efetiva de dano iminente, não há falar em perigo da demora.

Nesse mesmo sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA PARA AGREGAÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL INADMITIDO. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO ATÉ JULGAMENTO DE RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA BAIXA PROBABILIDADE DE ÊXITO DO RECURSO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL INADMITIDO. ART. 1021, § 1º, DO CPC/15. AUSÊNCIA DE PROVA DO PERIGO DE DANO IRREPARÁVEL. A IMINÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO DE CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA, POR SI SÓ, NÃO CARACTERIZA DANO IRREPARÁVEL. AGRAVO INTERNO CONHECIDO EM PARTE E, NESTA PARTE, DESPROVIDO. (AgInt no TP 690/PE, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 19/10/2017) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL. MEDIDA CAUTELAR. ATRIBUIÇÃO DE

# Superior Tribunal de Justiça

EFEITO SUSPENSIVO A AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA CONTRA ACÓRDÃO DE PROCEDÊNCIA EM AÇÃO RESCISÓRIA EXECUTADO PROVISORIAMENTE. **INEXISTÊNCIA DE PERIGO DE DANO IMEDIATO E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. AUSENTE A APARÊNCIA DO BOM DIREITO.** [...] 3. Na hipótese, não existe, por enquanto, nenhum perigo concreto de dano irreparável ou de difícil reparação (periculum in mora), porque a decisão prolatada na execução provisória não determinou a penhora de valores tampouco autorizou seu levantamento. Com efeito, referida decisão inclusive afastou a possibilidade de incidência da multa prevista no art. 475-J do CPC para o caso de não pagamento voluntário da dívida no prazo assinalado. [...] 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg na MC 23.500/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 03/03/2015, DJe 10/03/2015) [grifou-se]

Ainda, no mesmo sentido: AgInt na PET no AREsp 1057682/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 19/10/2017; AgRg na MC 25.558/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 31/03/2016; AgRg na MC 18.414/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe 05/10/2011.

Na hipótese *sub judice*, a partir dos elementos colacionados, inexistente, no atual momento processual, qualquer ato que possa ensejar em dano irreparável ou de difícil reparação.

**1.2.** Uma vez ausente o *periculum in mora*, fica prejudicada a análise das alegações quanto ao *fumus boni iuris*, uma vez que a concessão da medida acautelatória demanda a presença concomitante dos requisitos legais previstos no art. 300 do CPC/15.

Nesse sentido: "A ausência do 'periculum in mora' basta para o indeferimento do pedido, sendo, portanto, desnecessário apreciar a questão sob a ótica do 'fumus boni iuris', que deve se fazer presente cumulativamente." (AgInt na TutPrv no REsp 1342640/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/11/2016, DJe 14/11/2016).

**2.** Do exposto, com fulcro no artigo 288 do Regimento Interno do STJ c/c artigo 1.029, § 5º, inciso I, do CPC/2015, indefere-se a pretensão cautelar deduzida por meio da presente tutela provisória.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI  
Relator